

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PROCEDIMENTO N.º 122/DF-GCP/UE/2022**

#### **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO DO PROJETO REGA CORK TRADE E AVALIAÇÃO DE IMPACTO**

Co-financed by:



## PARTE I

### CLÁUSULAS JURÍDICAS

#### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a ***Aquisição de Serviços de consultoria para realização do seminário do projeto REGACORK TraDE***, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II do caderno de encargos.
2. Ao objeto do presente contrato aplica-se o ***CPV 73200000-4| Serviços de consultoria em matéria de investigação e desenvolvimento***, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74 em 15 de março de 2008.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### Contrato

1. A execução do Contrato obedece:
  - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
  - b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”);
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
  - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo código;
  - b) Os esclarecimentos, retificações e alteração das peças procedimentais, nos termos do disposto no artigo 50º do CCP;
  - c) O caderno de encargos;
  - d) Os esclarecimentos e suprimento da proposta prestados pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP;
  - e) A proposta adjudicada;
  - f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;

Co-financed by:

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**(Dotação orçamental)**

A despesa constitui encargo do Projeto REGACORK TraDE - Transferência e Divulgação dos Estudos Técnico-Científicos da Rega de Sobreiros (Ref.<sup>a</sup> ALT20-03-0246-FEDER-000061), na rubrica 02.02.20.E0.00 – Outros Trabalhos Especializados - Outros, no Orçamento Geral da Universidade de Évora.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**Preço Base**

O preço base é de **12.000,00€ (doze mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**Preço Contratual**

1. Pela prestação de serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Universidade de Évora deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de transporte e os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**Condições de pagamento**

1. As quantias devidas serão, em princípio, pagas no prazo de 30 dias, com o limite legal de 60 dias, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 299º do CCP, a contar da data de receção nos Serviços Administrativos da Universidade de Évora, da fatura ou documento equivalente, sob pena das pertinentes sanções legais, nomeadamente o direito a juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.
2. Para os efeitos do número um, a obrigação considera-se vencida com a validação da respetiva fatura ou documento equivalente.
3. Nas condições de pagamento a apresentar pelo adjudicatário não podem ser propostos adiantamentos.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**Gestor do contrato**

Co-financed by:

Para efeitos do disposto no artigo 290º-A do CCP, o gestor do contrato, por parte da Universidade de Évora, será o Dra. Ana Patrícia Cebola Poeiras.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Duração do contrato**

O contrato produz efeitos à data da sua assinatura por ambas as partes, considerando o cumprimento dos prazos e demais obrigações legais aplicáveis previstas no artigo 104.º do CCP, e tem o seu termo após a conclusão dos serviços objeto do presente procedimento, o que deverá ocorrer no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações de sigilo**

O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade adjudicante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser inquirida por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Universidade de Évora pode exigir do adjudicatário, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento dos serviços objeto do contrato, aplicar uma multa contratual diária de 0,5% do preço contratual sem, contudo, e na sua globalidade, poder vir a exceder 20% do preço contratual.
  - b) Nos casos em que seja atingido o limite previsto na alínea anterior e a Universidade de Évora decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
  - c) Para efeitos dos limites previstos nas alíneas a) e b), quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.

Co-financed by:

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Universidade de Évora tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. A Universidade de Évora pode compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, sismos, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Co-financed by:

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade de Évora pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente incumprimento das cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.
3. O incumprimento, por parte do adjudicatário, confere, nos termos gerais de direito, à Universidade de Évora, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.
4. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo cocontratante, quando aplicável.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido mediante declaração escrita enviada à Universidade de Évora, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.

Co-financed by:

3. A entidade adjudicante apreciará, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP.
4. O disposto nos números anteriores não é aplicável em caso de transmissão universal ou parcial da posição do cocontratante, na sequência de reestruturação societária, nos termos previstos na alínea a), n.º 1 do artigo 318.º do CCP.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Legislação aplicável e foro competente**

1. Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissivo observar-se-á o disposto no código dos contratos públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a lei portuguesa.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.
2. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Contagem dos prazos**

A contagem dos prazos na fase de formação e na fase de execução do contrato regem-se pelo disposto nos artigos 470º e 471º do CCP, respetivamente.

### **PARTE II**

#### **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Especificações técnicas dos serviços**

1. Os serviços a serem prestados incluem avaliação de resultados do impacto do projeto, aferir o seu sucesso ao nível do cumprimento dos indicadores propostos, do investimento realizado e da sua eficácia, originado um relatório de avaliação do impacto do projeto e um seminário final.
2. A avaliação de Impacto deverá aferir o sucesso do projeto, ao nível do cumprimento dos indicadores propostos, do investimento realizado, dos prazos executados, e da sua eficácia, através:

Co-financed by:

- Grau de resposta a fatores críticos de competitividade
- Grau de relevância dos resultados e efeitos coletivos ou públicos
- Contributo do projeto para a competitividade regional
- Impacto estrutural do projeto: contributo para a Estratégia de I&I para uma Especialização Inteligente (RIS3), para os resultados do PO, restantes domínios temáticos do Portugal 2020 e desafios societais

2.1. Resultados das atividades deverão ser apresentados através de redação de relatório onde se deverá compilar e analisar todos os indicadores de realização e de resultado, avaliando a execução performance do projeto, bem como de ações a promover para a sustentabilidade do projeto.

2.1.1. O relatório de avaliação de resultados deverá ser partilhado abertamente através dos canais de comunicação do promotor bem como de todos os parceiros envolvidos no projeto.

3. Deverá ser organizado/realizado 1 (um) seminário final, de demonstração de resultados do projeto, onde deverão ser prestados os seguintes serviços:

- Lista de inscrições
- Inquéritos de avaliação
- Apresentações dos oradores compiladas
- Materiais divulgativos

3.1.1. Este evento deverá ser apresentado em formato de sessões plenárias, onde deverá estar contemplada uma sessão de mesa-redonda entre oradores e participantes, possibilitando um espaço de diálogo e discussão entre os intervenientes. Este evento deverá contar com a participação previsional de 200 participantes, com ficha de inscrição associada. Deverá ser disponibilizado um conjunto de material divulgativo do projeto a cada participante. Para além da equipa científica da Universidade de Évora deverá contar ainda com a presença de 3 (três) oradores convidados selecionados de acordo com a sua relevância na temática do projeto.

Co-financed by: